



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003894-47.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Entregar**
 Requerente: **Danilo Augusto Moschetto**
 Requerido: **Lenovo Tecnologia (Brasil) Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor alegou que adquiriu produto da ré, tendo ela dias após informado que a compra estava cancelada.

Alegou ainda que isso teria decorrido da indisponibilidade do produto em estoque, mas ressaltou que não concorda com tal postura.

Almeja à condenação da ré ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em entregar o bem aludido, sob pena de multa diária.

A preliminar suscitada pela ré em contestação entrosa-se com o mérito da causa e como tal será apreciada.

Os documentos apresentados pelo autor respaldam sua versão.

Demonstram a finalização com sucesso da compra pelo mesmo firmada em 18 de março (fls. 02/03), a aprovação dela perante a operadora do cartão de crédito do autor (fl. 05), as mensagens eletrônicas dirigidas à ré em 18 e 25 de março em busca de informações sobre a entrega do produto (fls. 06/07) e a notícia dada somente em 03 de abril a propósito do cancelamento da compra (fl. 11).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Já em contestação a ré não negou tais fatos, bem como que o cancelamento tivesse origem na indisponibilidade em estoque do produto, além de sequer impugnar os documentos referidos.

O quadro delineado basta ao acolhimento da pretensão deduzida.

Com efeito, é certo que a publicidade vincula o fornecedor que a realiza, obrigando-o a cumpri-la (art. 30 do Código de Defesa do Consumidor).

Bem por isso, descabe a solução simplista preconizada pela ré, de vários dias após a finalização da compra dá-la por cancelada sem razão plausível.

O argumento da indisponibilidade em estoque da mercadoria não serve para tanto, máxime porque pairam consistentes dúvidas sobre sua efetiva pertinência levando em conta o largo espaço de tempo entre a finalização da compra e o cancelamento sucedido.

Em consequência, subsiste a obrigação da ré, pouco importando o estorno pela mesma providenciado junto à operadora do cartão de crédito do autor.

Tal circunstância não legitima sua conduta, havendo ela de por meios próprios diligenciar o pagamento pelo autor nas condições anteriormente estabelecidas.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a entregar ao autor no prazo máximo de dez dias o produto adquirido pelo mesmo e descrito a fl. 02, sob pena de multa diária de R\$ 100,00, até o limite de 2.000,00.

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação, sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pelo autor, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 25 de julho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**